

Esses outros que perturbam o Planejamento Educacional

Cristiano Goergen Pörtner

Em *o contorno*, Georges Balandier nos apresenta a esperteza como uma espécie de jogo de máscaras que se oculta na catálise das ações políticas. Ações que envolvem não só instrumentalidade e razão, mas também um bricabraque em que “entre a pura violência e a pura racionalidade de um puro poder abre-se um espaço onde governa a Esperteza aliada à força legitimada” (BALANDIER, 1997, p.121).

A realidade ousa afrontar-nos com sua complexidade substantiva - e, substantivamente, a desafiar-nos em nossa leitura dela para além de simplificações, disjunções e reduções da “pura racionalidade e puro poder”.

No rastro das pegadas deixadas pela multidão duplamente desencantada, primeiro com a emergência profana de uma razão monumental e depois com sua lenta – e ainda em curso - agonia, o presente artigo foi pensado no sentido de espanar a poeira que parece estar se acumulando ao longo dos últimos anos sobre um tema há algum tempo mais efervescente que é a teoria de planejamento e o planejamento educacional.

Parte de um processo de trabalho mais amplo, que é a tese “Paradigmas de Planejamento Educacional: espaços e tempos da ordem à desordem” e que está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação da UFRGS, o foco deste trabalho é o de, como já se disse com muita esperteza, que nada é mais prático que uma boa teoria.

Mais precisamente, que um bom estranhamento de caráter metateórico – o olhar ao mesmo tempo desarmado e malicioso, esperto talvez, para aquilo que parece ter se tornado demasiado familiar, subsumido na teoria ou na práxis. Este olhar se justifica, ao que parece, pela organização mesma da agenda das políticas educacionais, onde abordagens semelhantes têm sido preteridas, em face de investimentos mais urgentes nas análises da ciência política, sociologia, etc.

No curso desse estranhamento do planejamento educacional, um inevitável filosofar e três distanciamentos em busca de uma proximidade perdida podem ser facilitadores da fricção entre a ordem e a desordem¹: são o outro, a lógica e a imaginação.

O *outro* e a lógica

Da antropologia vem com muita propriedade a problematização desses fatores, especialmente quanto ao *outro*. A alteridade, essa experiência que “leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos evidente” (LAPLANTINE, 1987, p.27), tensionou o Ser ocidental significativamente. A alteridade é sempre um movimento desestabilizador, fonte de dor, sabedoria e incerteza para a vivência e suas elaborações - dentre as quais as teorizações -, esses “ismos” que narramos com tal fé que OLIVEIRA (1988) assinalava como nossos mitos.

Também a lógica é algo com que temos uma relação de convivência tão corriqueira e familiar que estranhá-la demasiado é desestabilizar o “real”, pois ele tem de submeter-se ao seu crivo ordenador. Sem a familiaridade da “nossa lógica” - e sem o mito -, provavelmente teríamos algo como uma falta trágica, quase fatal, de sentido. Àqueles nascidos sob o signo da ocidentalidade patriarcal, o Estado, a cidade, as relações de poder, o mercado, a ciência, a Educação, a escola *devem ser* elementares, lógicos.

Mas a idéia do *outro* pode ser rastreada na filosofia dos gregos. Segundo ABBANGNANO o *outro* é

“Um dos cinco gêneros supremos do ser, enunciados por Platão no *Sofista*, e que são: o ser, o repouso, o movimento, o idêntico e o outro (...) O reconhecimento do outro como um gênero supremo é muito importante porque permite a Platão resolver a antinomia, peculiar à sofística e à *erística*, segundo a qual é impossível dizer o falso, porque o falso é o que não é, e dizer o que não é significa dizer nada, isto é, não dizer. (...) Admitido, porém o outro como gênero supremo, o gênero não-ser

¹Fricção que estrutura uma perspectiva do movimento que cria e destrói mundos, desde o próprio cosmos até os mundos que temos dentro de nós.

poderá ser interpretado, não como o nada, mas como o outro em relação ao ser (...)” (1962, p.706)

A origem naturalmente ontológica que qualifica o *outro*, é simultaneamente lógica, porque ordena a coerência do pensamento. Organizado em conceitos, juízos, proposições e raciocínios, pode então ser chamado pensamento racional ou racionalidade².

No entanto, ao mesmo tempo que o *outro* é instrumental na constituição primeva da racionalidade, é, talvez por sua própria natureza substantiva, dela imediatamente afastado. A lógica clássica, também chamada formal ou *identitária*, sistematizada por Aristóteles, é fundada nos famosos três princípios: de identidade, de não-contradição e do terceiro excluído³. Sem que se remeta demais às apostilas de lógica formal, é importante notar aqui que o grande privilegiado entre os “cinco gêneros supremos do ser” no construto lógico que funda a racionalidade que praticamos é o *mesmo* ou o idêntico.

“Assim absolutizado, o princípio de identidade constituiu um alicerce ontológico/metafísico para a razão e para a ciência ocidentais, constituindo a identidade das coisas consigo próprias, de certo modo o seu próprio ser. O três axiomas estruturaram a visão de um mundo coerente, inteiramente acessível ao pensamento, tornando ao mesmo tempo fora da lógica, fora do mundo e fora da realidade tudo o que excedia a essa coerência.” (MORIN, 1998a, p.219)

O *outro* é a contradição, os antagonismos que esta lógica visa justamente superar ou transformar em erro. É esta Lógica que está engramada no núcleo do paradigma ocidental, em toda sua glória, na modernidade ilustrada e, em consequência, replicada no núcleo de qualquer racionalidade que seja dependente deste paradigma. Exemplo recursivo é que preciso desta lógica no momento mesmo em que escrevo, desde sua acepção mais fundamental⁴, isto é minhas *operações computacionais* (negação, implicação, disjunção, injunção etc.) até a configuração de minha *noologia*, isto é, a organizacionalidade das idéias, que utilizo para referir-me.

² -Chauí (1994) diz que “o pensamento lógico ou racional (ou o pensamento objetivo) opera de acordo com os princípios de identidade, contradição, terceiro excluído, razão suficiente e causalidade; distingue verdades de fato e verdades de razão; diferencia intuição, dedução, indução e abdução; distingue análise e síntese, diferencia reflexão e verificação, teoria e prática, ciência e técnica” (p.164).

³ Identidade: João é João; (não-)contradição: João não pode simultaneamente ser João e não-João; terceiro excluído: ou João é João ou é não-João.

⁴Segundo MORIN (1998b).

Organização

Ora, não só a própria lógica é organizada (como se sabe a lógica formal possui princípios, regras, enfim possui ela mesma, uma lógica), como é o princípio organizador por excelência da grande razão. De resto, a lógica identitária organiza o próprio pensamento conceitual. No entanto, isso não significa dizer que há uma e tão somente uma lógica. Onde, logicamente, decorreria uma racionalidade, um pensamento, uma organização - embora este tenha sido o grande mito ocidental, *a fortiori*, moderno e, numa transição paradigmática apressada, também pós-moderno⁵.

Do ponto de vista sociológico, de onde se pode falar de teoria(s) da organização,

“as raízes históricas dos estudos organizacionais estão profundamente inseridas em um conjunto de trabalhos que ganhou expressão a partir da segunda metade do século XIX, e que antecipava de forma confiante o triunfo da ciência sobre a política, bem como a vitória da ordem e do progresso coletivos concebidos racionalmente acima da recalcitrância e irracionalidade humanas” (REED apud REED, 1999, p.61).

Este autor propõe seis “modelos de metanarrativa interpretativa” para uma “organização da teoria” organizacional: de Taylor a Habermas, a teoria organizacional estruturou agendas de pesquisa e/ou programas científicos, cujas principais problemáticas, de acordo com o modelo de metanarrativa são: a ordem, o consenso, a liberdade, a dominação, o controle e a participação (REED, 1999, p.65).

Um aspecto fundamental dentro do prisma adotado neste artigo, é a observância do espaço que a teoria (qualquer teoria) reserva ao antagonismo, e as liberdades que nele se tem; grosso modo, o limiar – lógico - de tolerância para lidar com os antagonismos constitutivos da organização. Esta é uma questão tocada, mas pouco manejada pelos autores e críticos da teoria organizacional. É que a partir do momento em que se atingiu um novo patamar de relação entre as ciências *hard* e as ciências humanas, mais ou menos desde os

5 - O mito, “superado” por essa razão, caracteriza-se justamente por ser ilógico: “(...) pode-se por exemplo, ser ao mesmo tempo uno e duplo, triplo e uno, si próprio e outro, estar aqui e ali” (MORIN, 1998, p.219). Já foi dito, sem refutação, que os fundamentos do império racional e lógico estão assentados sobre axiomas que contradizem estas qualidades. MATURANA (1999), chega a dizer que são simplesmente emocionais os fundamentos do império racional.

anos 70, que houve uma tomada de inspiração nova de ambas as partes. Estes *insights* apontaram fundamentalmente na direção de conceber o vivo (inclusive o humano, sua razão e o social, mas sem privilégios excessivos) em toda sua complexidade.

Parece claro agora pela via dos últimos 20-30 anos que se estava longe de levar os caminhos da pluralidade e da diversidade (de resto, *a aceitação do outro como um legítimo outro*, como nos diz Humberto Maturana⁶) aos seus limites e a sua exuberância, sem se temer, por tanta antecipação reativa, os “monstros” do relativismo radical, do niilismo etc.

Tem-se apontado ao longo de um promissor projeto (meta)teórico, que inclui a problemática organizacional⁷, cursos outros de pesquisa e reflexão epistêmica/teórica. Dentro do que vem se chamando *teorias da complexidade*, o conceito de organização, incluindo noções e relações contidas e.g. nos modelos esquematizados por Reed, amplia seu “campo” ao transdisciplinar e altera, significativamente e pela primeira vez, a lógica do pensar a ciência - sem que isso signifique abdicar de um projeto de uma “unidade das ciências”, por mais que, coerente a essa outra lógica, isso possa significar a própria destruição desse novo paradigma.

Quanto à organização:

“Ao mesmo tempo, vemos que a noção de sistema *auto-eco-reorganizador* não é apenas uma noção empírica que só permita completar um saber insuficiente. É uma noção paradigmática de importância capital que acentua e liga indissociavelmente caracteres sociais-chave que, em geral, a teoria sociológica esquece: o problema da autonomia organizadora (auto-organização), o problema da relação com o ambiente (relação ecológica), o problema permanente da desorganização interna (aumento de entropia) e o problema da reorganização interna (princípio auto-regenerativo).” (MORIN, 1998a, p.65, grifo meu)

Dentro do *paradigma da complexidade*, começa-se por abordar a organização de maneira mais ampliada, i.é. como um "anel tetralógico" sistema composto por organização, ordem, desordem e interação (MORIN, 1997).

Pela lógica clássica, a ordem *identifica-se* com o racional. A burocracia, e.g. é o caso (ou tipo...) emblemático: “governo da razão”, nela fundem-se a organização social e a

⁶Cf. MATURANA (1999).

⁷Cf. MORIN (1998).

organização epistêmica modernas em um só conjunto operacional, o que revela as entranhas não só da *epistême* ocidental, como da articulação entre o paradigmático, do ponto de vista das idéias, e a organização social.

Com efeito, e para além dos tipos-ideais, a ordem é a um só tempo, dentro do contexto do paradigma clássico e sua lógica fundadora, razão e identidade. No entanto, pelo conceito aqui adotado de organização, em qualquer nível que esta se dê, ela haverá de co-constituir-se de desordem e interação. Daí que a *desordem* originariamente representada pelo *outro* é a própria identidade do outro, de resto calhado como o irracional e o ilógico.

Mas em vez de postular a desordem como erro ou falta de ilustração, é possível situá-la enquanto não-racionalidade e não-lógica (que não são, desde Weber e Pareto, irracionalidades e ilógicas⁸), alçadas à qualidade de *legítimos outros* da razão e do pensamento. Me parece que isto vem ocorrendo tendencialmente, em maior ou menor grau, de forma peculiar e há algum tempo com, e.g. a crítica foucaultiana, a razão comunicativa de Habermas, a racionalidade estética ou razão sensível de Maffesoli e, entre outras, mas especialmente, a razão e sua dialógica complexas de Edgard Morin.

Planejamento

O presente artigo debruça-se sobre a tese de que o planejamento é a racionalidade da organização. Notadamente nos níveis da organização social, dentre os quais a Educação, o planejamento constitui-se racionalidade organizativa (1) através da lógica identitária inscrita no núcleo paradigmático em que orbita e (2) pela seleção de espaços-tempos próprios aos níveis intra e extra organizacionais. Ambas operacionalizam (ordenam) o controle dos *outros* da organização, a começar pelo “grande outro”, que é a desordem representada pelo incerto, o aleatório, o ruído.

Uma virtualidade do planejamento é a manipulação controlada do espaço e do tempo. O evento, o espontâneo, a emergência, o imprevisto, o aqui e agora, os tempos do afeto e da festa e.g., são demasiado agressivos (o “pecado original” do próprio paradigma) para a racionalidade fundada na lógica identitária, pois são justamente erros de uma vontade de existência calculada. Vontade que se predispõe de chofre a ser-essência, em oposição a ser-relação, num mundo ruidoso e confuso. Isto é, que não resiste ao desejo de

inventar sua identidade pelo controle-domínio dos outros de si - invenção de uma ordem que se baseia numa artificial assepsia do “mundo sujo” que é a desordem das relações.

Nesse sentido, o mundo ocidental da grande razão precisou eleger os espaços e tempos adequados a si-mesmo (e se definiu, em conseqüência, os espaços e tempos do outro), passíveis de controle e suportes do planejamento. Suspendido momentaneamente o ordenamento histórico, o Estado, o mercado, a nação, a cidade, são locais de um *espaço forte* do planejamento, par a par com os momentos de *chronós*, um *tempo forte*, contado, medido: foram estes o espaço e o tempo reis entronizados no âmago do mundo desencantado.

Os espaços e tempos “fracos” do planejamento situam-se justamente onde cresce a relação e diminui a substância e a distância. Relação e proximia compõem o húmus, úmido e “sujo”, da outra racionalidade que mediatiza ordem e desordem na tropicalidade da organização social.

"Imaginamento"

Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 1995) apontou como sua cartografia simbólica do direito poderia, através dos instrumentos de distorção dos mapas, i.é. escala, projeção e simbolização, sugerir diferentes realidade criadas pelo arranjo adotado. O direito visto pelas comunidades (local) é diverso do direito estatal e diverso ainda de um direito emergente “transnacional”. Conforme a escala adotada, se cria uma realidade e se configura um direito a ela adequado. Quebra-se, dessa forma, a espinha dorsal da visão de um direito único e universal. O planejamento educacional, da mesma forma, parece ser também suscetível às escalas, projeções e simbolizações que são adotadas para representá-lo socialmente.

O momento atual é significativo para revisitar teoria e metateoria de planejamento e planejamento educacional. Familiar demais, a teoria de planejamento é subestimada e tomada como o óbvio meramente funcional. Se for possível sustentar que ela opera de algum modo como se apontava anteriormente em relação à organização, esta teoria precisa estar viva. E talvez a (re)vivificação do planejamento educacional, pela via epistemológica,

⁸Cf. Maffesoli (1995).

passa por um maior acolhimento da imaginação nas teorias da educação, especialmente numa área mais desprivilegiada nesse aspecto que é o planejamento.

Então talvez se possa dizer que a principal virtude do planejamento educacional é a imaginação, embora tenha sido sempre preterida, rechaçada ou convertida numa imaginação domesticada pelo cálculo e pela utilidade. Planejamento é ao mesmo tempo juízo (lógica) e imagem (poética). Por mais que a tradição tenha tratado o "mundo imaginal" do planejamento como uma desordem ou demasiado perigosa (subversiva) ou irrelevante (mera aparência, dentro de um esquema dicotômico essência/aparência), seus irreverentes antagonismos ao ordenamento logicista têm feito o planejamento, simultaneamente sucumbir e renovar-se, porque

"é no encontro antagônico/complementar do imaginário e da idéia que brota a imaginação. E é a imaginação que, na e pela turbulência fantasmática, inventa e cria. (...) O borbotão da cultura da criação é o borbulhar onírico onde se entrecrocavam pulsões, obsessões, recordações, idéias, desejos. Por vezes é precisamente no grande *sabat* onírico que nasce a idéia em vão procurada durante duras vigílias. O pensamento está sempre polarizado entre o núcleo duro onde se cristalizam os seus paradigmas e a ebulição imaginária..." (MORIN, 1997, p.311)

Convém repetir: "Por vezes é precisamente no grande *sabat* onírico que nasce a idéia em vão procurada durante duras vigílias". No entanto, quem titubearia em associar corretamente a imagem da "dura vigília" ao planejamento e a do "*sabat* onírico" aos loucos, irresponsáveis e sabe-se lá o que mais, *outros* da educação representados pelo improviso, desperdício, indisciplina, que escandalizam uma imaginação asséptica, domesticada e embutida nas teorias de planejamento educacional?

A valorização excessiva da ordem, que submete a imagem ao juízo e a condena à mera decoração do real, resulta numa imaginação útil do futuro, verdadeira do passado e simplificadora do presente. O conceito de utilidade, por exemplo, teria de ser profundamente revisto nas teorias de planejamento educacional, e na educação em geral, porque sob inúmeros aspectos ele tem balizado e significado ações que apenas incrementam a faina acumulativa, sinérgica aliás, com a economia – material e simbólica - capitalista. Também a idéia do improviso, como "inimigo íntimo" da educação e do planejamento, porque não se resolve o "problema" do improviso, tal qual o caso da imagem e imaginação,

recalcando-o. E o desperdício, no sentido de Georges Bataille, enquanto "despesa improdutivo", "parte maldita" (BATAILLE, 1975) pode ser um importante movimento educativo, dissipador do utilitarismo e do princípio acumulador, como é o caso das festas, rituais, celebrações, vínculos afetivos, amorosidade - aceita e celebrada - nas entranhas da escola etc. É esta alteridade, aliada à problemática epistêmica, que se faz mister reclamar.

Ultimamente tem havido mais espaço às discussões do conhecimento e dos saberes do ponto de vista de sua organização, princípios, relações, porque atravessamos um período de turbulência tipicamente paradigmático (SANTOS, 1995). Nesse sentido, invoco, uma vez mais, o testemunho de Edgar Morin, desta vez no plano mais pessoal, e seu "espírito do vale", que acredito de uma beleza ímpar e inspiradora para quando a angústia da contemporaneidade, e de todos os tempos, assume, procusticamente, ares rígidos e impiedosos:

"A radicalidade da crise da sociedade, a radicalidade da crise da humanidade levaram-me a investigar ao nível radical da teoria. Sei que a humanidade necessita de uma teoria. Que esta política necessita duma antropossociologia. Que a antropossociologia precisa articular-se à ciência da natureza, que esta articulação requer uma reorganização em cadeia da estrutura do saber. Tive de mergulhar neste problema fundamental desviando-me dos problemas do presente. Mas o presente é precisamente esta crise que me atinge, me dispersa, me trespassa. O próprio objeto-sujeito deste livro volta incessantemente ao meu trabalho para dinamitá-lo. Os ruídos do mundo, das armas, dos conflitos, das libertações efêmeras e perturbadoras, das opressões duras e duradouras, atravessam as paredes e me atingem no coração. Trabalho no meio destas oliveiras, destas vinhas, destas colinas, perto do mar, quando uma nova meia-noite avança no século; a sua ordem esmaga; a sua insolência inspira respeito, terror e admiração aos que me rodeiam e que, nos meus silêncios, me crêem um deles. Desvio-me do apelo daqueles para quem *devo* testemunhar e, ao mesmo tempo, cedo ao convite duma garrafa de vinho, dum sorriso amigo, dum rosto de amor..." (MORIN, 1997, p.26)

Concluo este artigo voltando ao mesmo, que parece ser sempre outro, das perguntas: qual educação? Qual escola? Quais tipos de organização se quer imaginar a partir da racionalidade engramada e programada nas suas entranhas?

Talvez a, sábia enfim, sina “buscante” se complexifique no “espaço mínimo” da fricção ordem/desordem em vez dos ordenamentos que privilegiam ou a ordem (tradição) ou a desordem (ruptura) e seus essencialismos que, espertamente, se tornam "naturais" ao pensamento.

Que a teoria de planejamento possa assumir com mais vigor sua porção “imaginamento”, ao menos no mesmo patamar dado à logística. No mundo imaginal, muitos *possíveis* da educação e da política educacional ainda não tiveram vez pela falta de crédito que se lhe atribui, fruto de uma astúcia perpetrada por uma razão que só agora, na hora de sua agonia, vai se dando conta do que perdeu com isso.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
- BALANDIER, Georges. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BATAILLE, Georges. *A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- MORIN, Edgar. *O método I: a natureza da natureza*. 3ª ed. Portugal: Europa-América, 1997.
- MORIN, Edgar. *Sociologia: a sociologia do microssocial ao macroplanetário*. Portugal: Europa-América, 1998a.
- MORIN, Edgar. *O método IV: as idéias – habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina, 1998b.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

REED, Michael. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.:CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia;NORD, Walter. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.